

A HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI ENTRE A POLÍTICA E A RENOVAÇÃO¹

Hugo García

A mudança de século não parece ter diminuído o interesse dos historiadores pela Guerra Civil de 1936-1939, o episódio da história de Espanha sobre o qual mais se escreveu em todo o mundo. Como nota Juan Andrés Blanco, a permanente vitalidade do tema reflecte-se nas mais de 300 obras publicadas entre 2000 e 2004, número que previsivelmente terá duplicado quando se concluir este 70.º aniversário do seu começo. Como é lógico, nem todas estas novidades nos trazem descobertas significativas: as reedições – algumas de obras clássicas e de revisão necessária, outras nem tanto – e as obras de divulgação continuam a predominar na produção editorial sobre o conflito, cada vez mais submetida às leis do mercado. Mas isto deve ser considerado normal: o que é surpreendente é que após quase setenta anos de atenção historiográfica ininterrupta, continuam a aparecer trabalhos que relatam aspectos desconhecidos da guerra e reinterpretam a partir de novas perspectivas, como tratarei de mostrar nesta recensão das novidades aparecidas desde 2000. Concentrar-me-ei nas obras que considero importantes e originais, sem deixar de assinalar igualmente as continuidades e lacunas detectáveis na bibliografia recente.

Os debates produzidos nos últimos anos caracterizam-se, sobretudo, pela ruptura do consenso em torno das causas e da natureza do conflito a que aparentemente tinham chegado os historiadores durante os anos 80². Desde finais da década de 90 reafirmaram-se as versões antagónicas que dominaram o debate historiográfico até à Transição: simplificando muito, a versão pró-republicana é agora representada pelos partidários da «recuperação da memória histórica» da guerra e da ditadura, como Francisco Espinosa; e a versão franquista (ou neofranquista) reencarnou-se em historiadores como Alfonso Bullón de Mendoza e divulgadores como Pío Moa, cujas obras venderam centenas de milhar de exemplares. As causas desta polarização continuam a ser debatidas. Num texto a ser publicado em breve, Manuel Pérez Ledesma defende que a quebra do consenso da Transição obedeceu sobretudo a factores políticos e sociais: o questionamento da «ficção moral da culpabilidade repartida» entre os dois lados pela geração dos

«netos da guerra» e as forças de oposição ao governo do Partido Popular terão levado os revisionistas a desenterrar as teses defendidas pelos porta-vozes da Ditadura desde os anos 60. Pablo Sánchez León, pelo contrário, afirma que a ideia em que se baseava o consenso – que o tempo permitiria alcançar uma visão «científica» da guerra – era errónea: apesar das suas pretensões de objectividade, a historiografia do conflito continua determinada pelos preconceitos ideológicos dos seus autores, o que explica o «revanchismo» dos que se sentem excluídos da «ortodoxia dominante».

Deve interpretar-se o «fenómeno Moa» como um sintoma das carências da historiografia académica actual? Esta seria a possibilidade mais preocupante, pelo menos no terreno estritamente historiográfico. Porque os revisionistas vendem livros, mas estão praticamente excluídos da comunidade académica: o único especialista consagrado que apoiou Moa e colaborou com Bullón de Mendoza foi o norte-americano Stanley Payne, cujas teses são mais matizadas que as dos seus «protegidos»³. A marginalidade da direita historiográfica deve-se, provavelmente, ao escasso valor científico do seu trabalho: o principal livro de Moa baseia-se apenas em fontes secundárias e contém numerosos erros objectivos, e a *Revisión de la Guerra Civil* proposta por Bullón de Mendoza não cumpre as expectativas que desperta o título. A mediocridade dos neofranquistas, mais do que uma conspiração contra eles, explica que os principais especialistas do conflito tenham preferido ignorar as suas «investigações». Neste sentido, sai reforçada a ideia de que o consenso da comunidade académica em torno dos factos básicos da Guerra Civil é relativamente sólido. Essa solidez, contudo, deveria constituir motivo acrescido para tentar perceber as suas possíveis limitações.

Os principais trabalhos de investigação surgidos na altura da viragem do milénio dão-nos uma ideia das tendências e debates dominantes da historiografia sobre a guerra. Existe um pouco de tudo: novas sínteses sobre o conflito, ensaios de interpretação, crónicas político-militares, investigações detectivescas em arquivos internacionais, estudos de carácter sociológico, *cultural studies*, recompilações de documentos, biografias individuais e colectivas, etc. Abordam-se em proporção equivalente temas clássicos – como as causas da guerra e a ajuda externa aos

beligerantes – e outros mais recentes –

A MEDIOCRIDADE DOS NEOFRANQUISTAS, MAIS DO QUE UMA CONSPIRAÇÃO CONTRA ELES, EXPLICA QUE OS PRINCIPAIS ESPECIALISTAS DO CONFLITO TENHAM PREFERIDO IGNORAR AS SUAS «INVESTIGAÇÕES».

como a simbologia política de ambos os lados e a «memória» do conflito durante a democracia –, ainda que o mais tratado seja, sem dúvida, a repressão na zona franquista, o que, como veremos, deverá ser relacionado com o clima sócio-político dos anos 1996-2004. De um ponto de vista metodológico, os últimos seis anos também não representam uma tendência clara: publicaram-se trabalhos tradicionais, como o de Antony Beevor, e outros inovadores, como os de Michael Seidman e Rafael Cruz. Cada historiador, como é lógico, colocou questões diferentes, ainda que algumas

tenham suscitado um interesse particular, tanto pelo seu carácter polémico como pela descoberta de novas fontes que tornaram necessária a revisão do adquirido.

O PROBLEMA DAS ORIGENS DA GUERRA

O debate acerca das causas e responsabilidades da eclosão da guerra é tão antigo quanto a historiografia do conflito. Neste campo o surgimento de ideias novas é difícil e os historiadores ficaram-se, em geral, por duas explicações tradicionais: a guerra foi desencadeada pela incapacidade da Segunda República em travar a crescente polarização da sociedade espanhola, e foi o resultado de um golpe militar que nem triunfou totalmente nem falhou redondamente. A ideia do fracasso da democracia, formulada por historiadores liberais anglo-saxónicos dos anos 60, mantém muita força junto dos autores estrangeiros, ainda que as suas explicações nem sempre coincidam. Stanley Payne, que em 2005 publicou uma versão revista da sua história da República, continua a considerar que o principal responsável pela crise foi a esquerda: a sua vontade de monopolizar o poder a todo o custo acabou por deixar a direita sem mais alternativas que a «rebelião armada ou a resignação cristã perante a tirania da esquerda». Esta tese tem poucos partidários mesmo entre os autores estrangeiros, que tendem a repartir as responsabilidades. Na sua recente síntese sobre a guerra, que se apresenta como equidistante entre ambos os lados, o autor hispanista francês Bartolomé Bennassar defende apenas que a esquerda violou as regras da Constituição de 1931 tanto como a direita. O inglês Antony Beevor, mais cuidadoso, evita pronunciar-se sobre o assunto no seu volume acerca da guerra, revisão de uma obra publicada em 1982: limita-se a assinalar que o programa reformista da esquerda era excessivamente ambicioso para a Espanha da época, uma apreciação subscrita pela sua compatriota Helen Graham, num trabalho publicado em inglês em 2002. Mas esta autora, simpatizante da República, não vê a guerra como resultado de um fracasso democrático, como fazem Payne, Bennassar e Beevor.

Os especialistas espanhóis também rejeitam a ideia de que a era republicana possa ser considerada um fracasso. Na sua contribuição para o volume correspondente da *Historia de España Menéndez Pidal*, Santos Juliá voltou a defender que a causa da guerra não foi o colapso da democracia mas um golpe militar fracassado. E num texto incluído numa *Historia Virtual de España* argumentava com um contrafactual: se o socialista moderado Indalecio Prieto tivesse aceite a presidência do governo em Maio de 1936 o regime teria tido a força necessária para derrotar os golpistas. No seu ensaio sobre a guerra, Enrique Moradiellos concorda que o conflito não era inevitável e que os principais responsáveis pela sua eclosão foram os conspiradores militares. Entre os que questionam o fracasso da República encontra-se igualmente Rafael Cruz, cujo recente livro sobre 1936 oferece a única explicação realmente nova do problema publicada nos últimos anos. Na opinião deste autor, que adopta uma perspectiva interdisciplinar e estabelece frequentes comparações entre os casos espanhol, francês e português, a época republi-

cana constituiu um processo de democratização caracterizado por uma feroz «concorência política» pela posse dos direitos de cidadania, mas a rivalidade entre os dois grandes «povos» em que se dividiu a sociedade espanhola (o republicano e o católico) desenvolveu-se em termos relativamente normais para a época. Como Juliá, Cruz considera que em Julho de 1936 «não havia nenhum obstáculo intransponível» para que a democracia continuasse. «A violência por si só não destruiu a República», diz; segundo Cruz, foi preciso que houvesse um «levantamento plebiscitário» por parte dos militares e que a direita criasse um «grande medo» da ameaça revolucionária encarnada pela esquerda no poder.

A INFLUÊNCIA DA INTERVENÇÃO (E NÃO INTERVENÇÃO) ESTRANGEIRA

O debate, também antigo, sobre a influência que o contexto internacional teve no curso e desenlace da guerra foi reavivado pela excelente investigação do inglês Gerald Howson sobre o armamento da República. Howson defende de maneira convincente que a política de não-intervenção adoptada pelas potências democráticas desde o eclodir do conflito foi uma causa determinante da derrota da República, pois impediu que recebesse tanta ajuda militar como os seus adversários. Os republicanos conseguiram uma pequena parte das armas de que necessitavam, afirma, e compraram-nas a um preço muito superior ao seu valor real: os funcionários estrangeiros e os traficantes de armas chantagearam-nos de todas as formas possíveis, cobrando-lhes comissões excessivas por armamento de baixa qualidade. Estas conclusões foram confirmadas mais recentemente pelos dinamarqueses Morten Heiberg e Mogen Pelt, que descreveram como a Grécia de Metaxás e a Alemanha nazi, aliados do lado franquista, venderam armas à República desde o Outono de 1936, obtendo lucros elevados com a operação.

A partir dos dados de Howson e de uma meticolosa recontagem das quantidades de armas recebidas pelos beligerantes, Enrique Moradiellos defendeu também que o contexto internacional foi um factor determinante do resultado da guerra. Esta é a tese central do seu livro de 2001 sobre a dimensão internacional do conflito, «uma tentativa de síntese e de actualização do conhecimento acumulado durante meio século». O francês Jean-François Berdah, autor de uma monografia pouco inovadora acerca da política externa da República, concorda com Moradiellos: a intervenção alemã e a não-intervenção britânica contribuíram para a destruição da democracia espanhola. Mas estas teses foram já muitas vezes defendidas: o que a bibliografia recente revelou foi que a União Soviética, considerada tradicionalmente como o principal aliado da República, contribuiu igualmente para a sua derrota. Uma das principais alegações de Howson é que os soviéticos fizeram os republicanos gastar milhões de dólares, ao «fabricarem» em segredo à fórmula de câmbio para os preços do armamento, e enviaram para Espanha material escasso e de má qualidade.

Os estudos realizados desde a abertura parcial dos arquivos soviéticos nos anos 90 têm coincidido na conclusão de que os motivos de Estaline para intervir em Espanha não

foram altruístas. Na introdução que fizeram a uma colectânea de documentos soviéticos, os norte-americanos Ronald Radosh e Mary Habeck recuperam a velha tese de que os assessores enviados por Moscovo desde o Outono de 1936 tinham o objectivo de «sovietizar a Espanha e convertê-la no que teria sido uma das primeiras democracias populares»; o problema é que os documentos revelam também que muitos destes conselheiros não fizeram bem o seu trabalho. O também norte-americano Daniel Kowalsky considera, de facto, que a aventura soviética resultou num «fiasco militar e sócio-cultural absoluto» devido às dificuldades objectivas da operação e à incompetência de muitos assessores e propagandistas. Este autor também não discute que a empresa foi «interesseira e cínica» e, ainda que relativize algumas das afirmações de Howson sobre a qualidade do armamento soviético, admite que houve uma verdadeira vigarice⁴.

Os arquivos soviéticos deram em parte razão aos historiadores que desde os anos 60 viram a intervenção da URSS em Espanha como um precedente para a política que depois desenvolveu na Europa Centro-Oriental a partir de 1945. Mas poucos especialistas actuais são da opinião de que a República espanhola se tenha alguma vez convertido num satélite de Moscovo: o próprio Stanley Payne admite que o domínio dos comunistas na Espanha republicana tinha limites. Esta é também a conclusão a que chega o francês Rémi Skoutelsky na sua recente história das Brigadas Internacionais, seguramente a melhor até hoje publicada. O livro, baseado também em parte nos arquivos soviéticos, combina uma história político-militar das Brigadas com uma minuciosa análise sociológica que volta a demonstrar a falsidade da sua lenda romântica: tratou-se de um exército claramente proletário e com uma esmagadora maioria de militantes comunistas. Mas as Brigadas tão-pouco foram «o Exército do Comintern» descrito por outros autores: na opinião de Skoutelsky, pode falar-se «num exército controlado pelo Comintern» porque a sua organização teve tantas deficiências como o resto da empresa soviética.

A intervenção da Itália fascista na ajuda aos sublevados enfrentou dificuldades semelhantes, segundo Morten Heiberg, cuja monografia sobre o tema actualiza o clássico trabalho de Coverdale com informação dos arquivos militares italianos. Contra a historiografia revisionista italiana, o autor dinamarquês defende que a política externa de Mussolini nos anos 30 era agressiva e imperialista, e que ao intervir em Espanha o Duce procurava arranjar um satélite com saída para o Atlântico. Mas muito embora o seu projecto consistisse em «fascizar» a Espanha franquista, as suas possibilidades de influência foram limitadas, especialmente a partir da derrota dos seus «voluntários» em Guadalajara. Em todo o caso, Heiberg preocupa-se mais com a atitude do governo fascista perante o conflito do que com a influência que a intervenção italiana teve nele. Algo que também se pode aplicar à versão revista do clássico de Ángel Viñas, *La Alemania nazi y el 18 de julio*, aparecida em 2001: tal como a sua obra anterior, esta concentra-se nas relações hispano-alemãs entre 1921 e 1936 e nos motivos de Hitler para intervir. A intervenção da Itália e da Alemanha na guerra parece interessar menos aos historiadores

actuais do que a da União Soviética, sem dúvida devido ao aliciante da reinterpretação, possível com a abertura dos arquivos de Moscovo.

A REPÚBLICA EM GUERRA

Sobre a evolução política do campo republicano publicaram-se nos últimos anos dois trabalhos importantes, para além de biografias competentes de figuras-chave como Juan Negrín, Francisco Largo Caballero e Federica Montseny. A obra mencionada de Helen Graham é, sem dúvida, a melhor síntese que se escreveu sobre o tema, ainda que as suas

explicações não sejam tão brilhantes como o seu relato dos factos. O principal mérito do livro reside na atenção prestada às concepções da política das diferentes forças: o declínio dos socialistas e dos republicanos de esquerda a partir do 18 de Julho pode explicar-se pelo seu enfoque estatista na transformação social, que lhes fez perder a

A INTERVENÇÃO DA ITÁLIA E DA ALEMANHA NA GUERRA PARECE INTERESSAR MENOS AOS HISTORIADORES ACTUAIS DO QUE A DA UNIÃO SOVIÉTICA, SEM DÚVIDA DEVIDO AO ALICIANTE DA REINTERPRETAÇÃO, POSSÍVEL COM A ABERTURA DOS ARQUIVOS DE MOSCOVO.

atração popular face aos comunistas. Os restantes grupos políticos estão mais descuidados, talvez por Graham não ter consultado os arquivos da CNT-FAI. Quem o fez foi o francês François Godicheau, cuja obra-prima é outra das novidades destacáveis do período. Godicheau conta a experiência dos revolucionários da zona republicana analisando a intensa repressão empreendida pelos governos catalão e central contra os militantes de base da CNT e do POUM por causa dos acontecimentos de Maio de 1937. A República, afirma, resolveu o problema da ordem pública – endémico em Espanha desde finais do século anterior – incorporando o movimento operário num «Estado de novo tipo»: depois do 18 de Julho, a CNT integrou-se progressivamente na «ordem republicana», e acabou por colaborar na repressão dos próprios militantes.

Tanto Graham como Godicheau consideram que a evolução do campo republicano desde o 18 de Julho foi determinada antes de tudo pela guerra: o desgaste da democracia e os excessos da repressão, afirmam, foram consequência mais das derrotas do que da influência estalinista. Estes autores enquadram-se na tendência da historiografia recente para julgar com benevolência a política de Negrín, tanto no âmbito interno como no externo. Graham, velha simpatizante do médico socialista, volta a defender o seu projecto de «reconstrução do Estado liberal»: nesta tarefa foi Negrín quem utilizou o PCE, defende, e não o contrário. A lógica da sua política de resistência também lhe parece «perfeita»: não havia alternativa, porque Franco só aceitaria negociar sob pressão. Ricardo Miralles subscreve ambas as teses na sua biografia do personagem, baseada em arquivos diplomáticos – os papéis de Negrín continuam a não poder ser consultados – e centrada na sua actuação durante a guerra. A maioria das forças republicanas, escreve, defendia tanto a colaboração com os comunistas e a URSS como a resistência à *outrance* antes de Negrín chegar ao poder. Definitivamente, poucos autores actuais continuam a

considerar o socialista como um instrumento de Moscovo, responsável por um alargamento da guerra catastrófico para a República. A tendência vai na direcção contrária: considerar Negrín como o personagem que melhor encarnou os valores da República, como fez Moradiellos no seu ensaio 1936. A biografia que este autor prepara é uma das novidades a publicar no cinquentenário da morte do estadista.

A bibliografia recente sobre a República durante a guerra lançou outro debate interessante no âmbito da história social. Com *A Ras de Suelo*, o norte-americano Michael Seidman questionou alguns preconceitos básicos desta disciplina: perante a história social tradicional, centrada no estudo de entidades colectivas sociais e políticas como a classe ou o género, reivindica o estudo dos «indivíduos desconhecidos, anónimos e não-militantes» que, defende, formavam a maioria da população inclusive nos heróicos anos 30. Com diversas fontes relativas à vida na zona republicana, mostra como as tendências egoístas – a resistência ao alistamento, o absentismo laboral, a ocultação de bens e de alimentos – prevaleceram sobre a militância e o compromisso em todas as fases da guerra, ainda que tenham aumentado à medida que também aumentava a desmoralização no Exército e a escassez na retaguarda. O egoísmo foi, na sua opinião, um factor importante na derrota republicana: parte do fracasso da República ficou a dever-se ao facto de esta, ao contrário do Estado franquista, ser incapaz de satisfazer as necessidades básicas das suas tropas. Partilhe-se ou não desta conclusão, o trabalho abre um campo de investigação virtualmente novo.

HISTÓRIAS DA REPRESSÃO (FRANQUISTA)

Comparada com a relativa à República, a história política do lado *nacional* durante a guerra avançou pouco nos últimos anos, pese embora a grande quantidade de obras sobre Franco e o franquismo que foram publicadas a propósito do 30.º aniversário da morte do ditador em 1975⁵. Em geral, as reedições predominaram sobre as novas investigações, e a atenção dos historiadores concentrou-se nas etapas média e final do regime, mais do que nas suas origens. Uma notável excepção a esta regra foi o excelente estudo do inglês Sebastian Balfour sobre a mentalidade da «casta africanista militarista» encabeçada por Franco e por Mola, que suscitou um grande interesse devido à relação entre a experiência colonial espanhola e o comportamento dos sublevados durante a Guerra Civil. Contudo, a obra mais importante a aparecer sobre a configuração inicial do Estado franquista foi uma compilação de documentos do arquivo do cardeal Gomá, editados periodicamente por José Andrés-Gallego e Antón M^a Pazos desde 2001. A correspondência que o arcebispo de Toledo manteve durante a guerra já fora em parte estudada, mas a sua divulgação permite redescobrir a enorme influência que exerceu na zona *nacional*.

O que continua a crescer de uma forma exponencial é a bibliografia sobre a repressão franquista durante a guerra e no pós-guerra, que desde os anos 90 é um dos principais temas da investigação sobre o conflito. Nela abundam as histórias locais e regionais,

mas por falta de espaço concentrar-me-ei nos trabalhos de âmbito nacional. Entre eles destacam-se duas obras colectivas publicadas na sequência de *Víctimas de la Guerra Civil* (1999), uma monografia coordenada por Santos Juliá que se converteu em ponto de referência para os especialistas do tema. A primeira, dirigida por um colaborador desse

livro, Julián Casanova, ocupa-se da repressão franquista numa perspectiva abertamente condenatória. O capítulo sobre a guerra, escrito por Francisco Espinosa, é especialmente representativo do tom militante que caracteriza boa parte da historiografia recente: o seu autor, destacado partidário da «recuperação da memória

O QUE CONTINUA A CRESCER DE UMA FORMA EXPONENCIAL É A BIBLIOGRAFIA SOBRE A REPRESSÃO FRANQUISTA DURANTE A GUERRA E NO PÓS-GUERRA, QUE DESDE OS ANOS 90 É UM DOS PRINCIPAIS TEMAS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O CONFLITO.

histórica», reinterpreta a repressão franquista como um «genocídio» ou um «extermínio sistemático», dois conceitos de duvidosa aplicação a este caso. Mas os abusos verbais de Espinosa não invalidam o seu trabalho, como demonstra uma monografia posterior na qual desenvolve a sua investigação sobre a actividade repressiva da coluna «Madrid» em Badajoz durante os primeiros meses da rebelião. Graças aos registos de óbitos da província, o autor consegue calcular o número de vítimas da repressão até 1945 e explicar algumas das estratégias propagandísticas dos *nacionais*, que não hesitaram em atribuir os próprios crimes aos seus adversários, ainda que a ausência de relatos oficiais o impeça de esclarecer a famosa matança de 14 de Agosto de 1936.

A segunda das obras citadas, resultante de um congresso internacional sobre as prisões e campos de concentração franquistas, realizado em 2002, é menos polémica e contém vários trabalhos notáveis. O livro, editado por Carme Molinero, Margarida Sala e Jaume Sobrequés, pretende demonstrar como se renovaram os estudos sobre a violência política franquista graças à exploração de novas fontes, e em boa medida consegue-o. Na primeira parte apresenta uma primeira versão da recente monografia de Javier Rodrigo sobre os campos franquistas que, segundo este historiador, albergaram cerca de 367 mil prisioneiros até Março de 1939. A sua finalidade, afirma Rodrigo, era ao mesmo tempo destrutiva e construtiva, pois pretendiam submeter os dissidentes potenciais e reeducá-los. A segunda parte da obra, dedicada ao «universo penitenciário» franquista, apresenta vários trabalhos merecedores de atenção. Ángela Cénarro conclui, como Rodrigo, que as prisões serviram para a regeneração do preso, mas neste sentido fracassaram totalmente, reduzindo-se ao «exercício de um poder arbitrário e despótico». Num ensaio baseado na sua recente monografia sobre o tema, Santiago Vega descreve a duríssima vida quotidiana dos presos em Segóvia, demonstrando que o principal problema do sistema penitenciário franquista foi a sua incapacidade para gerir a avalanche de detidos produzida pelo 18 de Julho. O livro conclui com dois artigos interessantes sobre aspectos metodológicos: Carles Feixa e Carme Agustí fazem uma boa análise literária dos testemunhos dos presos, e Manuel Risques descreve os principais arquivos com informação sobre o tema.

Este curto resumo de duas publicações recentes sobre a repressão franquista mostra como o actual momento alto do género contribui para o esclarecimento das origens do regime. Dito isto, convém lembrar que a febre investigadora dos últimos anos coloca pelo menos dois problemas aos historiadores da guerra. Em primeiro lugar, o registo exaustivo dos crimes do lado nacional pode distorcer a nossa imagem do franquismo, cujo êxito político não se deveu apenas à sua capacidade de repressão do adversário – seja no terreno da violência económica, social ou simbólica, também explorado pelos historiadores actuais. Como escrevem Francisco Cobo Romero e Teresa M.^a Ortega López numa obra recente, uma das chaves para a sua longevidade foi o amplo apoio social com que contou no seu início, um fenómeno inseparável da repressão física e económica que produziu na retaguarda republicana. Analisando os cargos municipais do regime na Andaluzia, os autores mostram que a oligarquia nascida a partir do 18 de Julho era formada por uma coligação de patrões, pequenos e médios agricultores e representantes da classe média, na sua maioria sem experiência política: isto reflecte, na sua opinião, a «heterogeneidade dos apoios sociais» com que, no início, o regime contava. Entre os factores que facilitaram a consolidação da ditadura estava também a sua política social, relativamente esquecida até há bem pouco tempo: a recente monografia de Ángela Cenarro sobre o Auxílio Social reflecte a sua ambição. O organismo, criado em Outubro de 1936 pelos falangistas vallisoletanos Mercedes Sanz Bachiller e Javier Martínez de Bedoya, não se limitou a encarnar «a velha forma da beneficência»; pelo contrário, teve um papel importante como instrumento de proselitismo e de controlo social.

O segundo problema que a actual obsessão pela repressão franquista coloca tem que ver com a escassa atenção que a repressão republicana recebe: neste campo pouco se avançou desde *Víctimas de la Guerra Civil*, e o mercado está dominado por obras de divulgação de ínfima qualidade e tom beligerante. Isto apesar de haver muito trabalho ainda a fazer, como demonstrou um jornalista «reciclado» em historiador militar, Jorge Martínez Reverte, ao resolver o velho problema das responsabilidades pelas sacas (fuzilamentos) de Novembro-Dezembro de 1936. Numa crónica no mais puro estilo Beevor, este autor apresenta a acta da reunião secreta que se celebrou a 7 de Novembro entre representantes das Juventudes Socialistas Unificadas, responsáveis pela ordem pública na cidade de Madrid, e da Federação Local da CNT, que controlavam os acessos à mesma. Nesta disputa decidiu-se pela «execução imediata» dos presos «fascistas» – entre os quais o dramaturgo Pedro Muñoz Seca – para evitar que fossem libertados pelo inimigo, então às portas da capital. Um achado como este deveria reavivar o interesse pela análise comparativa das duas repressões, interesse um pouco esquecido devido à maior intensidade e duração da era franquista.

A CULTURA E A MEMÓRIA DA GUERRA: DUAS ÁREAS EM PLENA EXPANSÃO

O impacto da Guerra na cultura espanhola, tanto a curto como longo prazo, ainda não suscitou tantas investigações como o resto dos temas tratados, embora seja uma das

áreas mais dinâmicas da historiografia actual. O enfoque cultural da história social promovido em Espanha por Manuel Pérez Ledesma e Rafael Cruz⁶ chegou à historiografia da guerra com uma obra colectiva editada por dois discípulos de Paul Preston, os britânicos Chris Ealham e Michael Richards. A sua hipótese de partida, ambiciosa e original, é que um enfoque cultural, num sentido amplo, permite reinterpretar o conflito como o resultado das múltiplas tensões existentes na sociedade espanhola dos anos 30, e afastar-se assim das velhas perspectivas bipolares. Esta promessa realiza-se em pleno nos capítulos mais conseguidos do livro, escritos por Xosé-Manoel Núñez Seixas e Pamela Radcliffe. O primeiro aborda a importância da retórica nacionalista no discurso bélico dos beligerantes, a sua coincidência em apresentar a guerra como uma luta «dos espanhóis» contra um «invasor» externo. O autor defende que ambos os lados bebiam de uma tradição cultural comum, o nacionalismo espanhol oitocentista, mas a propaganda patriótica dos *nacionais* foi mais pura e por isso mais eficaz, ainda que falem estudos empíricos que permitam determinar o seu impacto real sobre a população⁷. O texto de Radcliffe parte de uma monografia recém-publicada em castelhano e analisa a cultura republicana através dos discursos e projectos culturais do Ayuntamiento de Gijón entre o 18 de Julho e a entrada das tropas franquistas nas Astúrias. Como outros trabalhos do género, este detecta uma grande heterogeneidade simbólica nas mudanças da paisagem urbana, das cerimónias públicas e dos discursos municipais; mas, em lugar de a apresentar como uma consequência do conflito entre liberais e revolucionários, interpreta-a como um reflexo da tradição cultural «híbrida» que manteve unidos os membros de uma coligação tão ampla como a que governou Gijón.

O livro inclui também um notável trabalho de Rafael Cruz sobre a retórica e a simbologia do *Movimiento*, um dos temas mais cultivados pela historiografia recente. As conclusões mais interessantes sobre a história cultural da Guerra dos últimos anos centraram-se no lado *nacional*. A italiana Giuliana di Febo, autora de um trabalho pioneiro sobre o culto a Santa Teresa durante a Ditadura, publicou em 2002 uma obra geral sobre «as cerimónias, cultos e modelos de santidade» na Espanha franquista, que parte do pressuposto de que a «politização da religião e dos aparatos sagrados constitui um dos principais instrumentos de legitimação do *Nuevo Estado*». Na primeira parte, dedicada à Guerra Civil, analisa uma série de cultos populares que foram recuperados em resposta à perseguição religiosa do Verão de 36, como a Virgem do Pilar, Santiago e o Sagrado Coração. O seu livro é competente e informativo, embora faça falta uma análise do culto da política que se registou na fase falangista do regime. A influência da Falange na simbologia franquista é precisamente o tema central do recente estudo dos irmãos Carbajosa sobre o grupo de escritores que rodearam José Antonio Primo de Rivera desde a fundação do partido em 1933 até ao 18 de Julho, em que figuravam Rafael Sánchez Mazas, Ernesto Giménez Caballero, Agustín de Foxá e Dionisio Ridruejo. Os autores apresentam-nos como a «geração cultural» mais brilhante da história da direita espanhola e a mais influente; muito embora não tenha conseguido alcançar um poder de

facto na Espanha de Franco, contribuiu para criar «a retórica, a simbologia e o ritual do primeiro franquismo». O livro, muito bem escrito, analisa a biografia literária e política dos componentes do grupo e a retórica e simbologia da Falange.

A influência da Guerra Civil na cultura e na política espanholas desde a transição para a democracia é outro dos temas que mais preocupam os actuais historiadores do conflito, não só pela novidade que é o estudo da «memória histórica» em Espanha como igualmente pelas suas repercussões directas na política actual. Ambos os factores contribuíram para que desde o aparecimento do livro pioneiro de Paloma Aguilar (1996) se

tenham multiplicado os trabalhos sobre a memória da Guerra e, em particular, sobre a existência de um «pacto de silêncio» em redor dos crimes da ditadura durante a Transição. Os partidários da «recuperação da memória histórica» no âmbito historiográfico, entre os quais se destacam Alberto Reig e o citado Francisco Espinosa, defendem que o dito pacto aconteceu, gerando uma «amnésia» em torno dos crimes da

Ditadura que sobrevive na actualidade, quando já não é necessário à manutenção da democracia. Santos Juliá respondeu à questão, dizendo que a Transição se limitou a promulgar uma amnistia para os crimes ocorridos desde Julho de 1936 e a excluí-los do debate político, como reclamava a maioria das forças parlamentares, e que tanto a Guerra como o franquismo continuaram a estar presentes na vida política e cultural espanhola. Para apoiar esta tese, Aguilar argumentou que a ruptura do «pacto de não instrumentalização política» do passado franquista nos últimos anos ficou a dever-se mais a uma decisão estratégica das forças da oposição ao governo do Partido Popular do que a uma necessidade social.

No seguimento desta polémica, começam a investigar-se aspectos concretos da «memória» da Guerra e do franquismo, como se pode ver numa monografia recém-publicada e noutra a publicar em breve. A primeira, coordenada por Julio Aróstegui e François Godicheau, contém um artigo de Aguilar em que se reformula a tese acima referida, ainda que no resto não traga nada de muito novo ao debate acerca do «pacto de silêncio». Os capítulos que merecerão maior destaque serão talvez os de Blanco e Sánchez León – o primeiro pela sua utilidade e o segundo pelo seu espírito crítico – e os dedicados à memória do regime de Vichy em França, que deveriam servir de incentivo a futuros estudos comparados. A segunda das obras citadas, fruto de um seminário realizado na Fundação Pablo Iglésias em Novembro-Dezembro de 2004, apresenta um panorama mais completo das diferentes dimensões do problema. Para além das colaborações de Juliá (coordenador da obra) e de Aguilar, que desenvolvem as suas teses sobre o «pacto de silêncio», contém estudos sobre a memória da Guerra e o franquismo na literatura (Jose-

A INFLUÊNCIA DA GUERRA CIVIL NA CULTURA E NA POLÍTICA ESPANHOLAS DESDE A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA É OUTRO DOS TEMAS QUE MAIS PREOCUPAM OS ACTUAIS HISTORIADORES DO CONFLITO, NÃO SÓ PELA NOVIDADE QUE É O ESTUDO DA «MEMÓRIA HISTÓRICA» EM ESPANHA COMO IGUALMENTE PELAS SUAS REPERCUSSÕES DIRECTAS NA POLÍTICA ACTUAL.

fina Aldecoa e Ana Caballé), a historiografia (Manuel Pérez Ledesma), o cinema (Vicente Sánchez-Biosca e Román Gubern), os manuais escolares (Carolyn Boyd) e o exílio (Alicia Alted), além de outros dedicados à memória da repressão (Carme Molinero) e à relação entre memória e cultura democrática (Jordi Gracia). A julgar pelos textos que pude consultar, esta será a obra seminal da futura investigação da memória em Espanha.

MATÉRIAS PENDENTES

Em síntese, a historiografia recente sobre a Guerra Civil caracteriza-se pela sobrevivência de velhos problemas (as origens do conflito, a influência da intervenção estrangeira, a evolução política de ambos os lados, a repressão) e a sua parcial reinterpretação graças a novas fontes (os arquivos soviéticos) ou ferramentas teóricas mais sofisticadas (como o recurso à antropologia, à sociologia e aos estudos comparados). Após a emergência de uma historiografia da memória, é difícil que surjam problemas realmente novos, porque a investigação sobre a guerra fechou o círculo: como compete a esta nossa época pós-moderna, começa a estudar-se a si mesma. Isto é sem dúvida normal e saudável, mas conviria concluir recordando que os nossos conhecimentos sobre o conflito continuam a apresentar lacunas, como tratarei de mostrar com dois exemplos. Publicaram-se monografias sobre a repercussão da Guerra na Irlanda e até no Chile, mas continuamos a precisar de uma síntese actual sobre o seu impacto em França e a decisiva participação deste país no conflito. Também nos falta uma boa história económica do período 1936-1939, como escreve Pablo Martín Aceña no volume citado na *Historia de España* Menéndez Pidal, mesmo quando se preparam duas obras colectivas que sem dúvida colmatarão esta falha⁸. Para não falar no mencionado esquecimento da repressão republicana. Continua, portanto, a haver muito trabalho a fazer, e esperamos que de entre a avalanche de reedições e banalidades que nos espera neste septuagésimo aniversário apareçam investigações tão repletas de novidades como as dos últimos seis anos. Rd

ABRIL DE 2006

TRADUÇÃO: MARTA AMARAL

NOTAS

- 1 Uma versão ligeiramente diferente deste texto será publicada na revista *Ayer* de Junho de 2006.
- 2 O conteúdo desse consenso é analisado em PÉREZ LEDESMA, M. [no prelo]. Agradeço ao professor Pérez Ledesma a amabilidade que teve em deixar-me consultar este texto.
- 3 Veja-se a sua defesa de Moa em «Mitos y tópicos de la Guerra Civil» [*Revista de Libros*, 79-80, Julho-Agosto de 2003, pp. 3-5].
- 4 O estudo de Pablo Martín Aceña sobre o famoso «ouro de Moscovo» (2001), que con-

firma as principais conclusões de Ángel Viñas, ratifica também os dados de Howson.

- 5 A única síntese publicada durante o período, pró-católica e com poucas novidades, pertence ORELLA, J.L. – *La Formación del Estado Nacional durante la Guerra Civil Española*. Madrid: Actas, 2001.

- 6 Veja-se o texto de apresentação de Pérez Ledesma e o primeiro artigo de Cruz en CRUZ, P. e PÉREZ LEDESMA, M. (eds.) – *Cultura y Movilización en la España Contemporánea*. Madrid: Alianza, 1997.

- 7 Curiosamente, a análise (sobre o mesmo tema) realizada por José Álvarez Junco para o já citado volume da *Historia Menéndez Pidal* chega a conclusões idênticas.

- 8 A primeira será coordenada pelo mesmo Martín Aceña e por Elena Martínez; a segunda será dirigida por Enrique Fuentes Quintana no âmbito da série *Economía y economistas españoles*.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR FERNÁNDEZ, P. – *Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española*. Madrid: Alianza, 1996.

AGUILAR FERNÁNDEZ, P. – «Presencia y ausencia de la guerra civil y del franquismo en la democracia española. Reflexiones en torno a la articulación y ruptura del pacto de silencio». In ARÓSTEGUI, J. e GODICHEAU, F. (eds.) – *Guerra Civil. Mito y Memoria*. Madrid: Marcial Pons-Casa de Velázquez, 2006, pp. 245-293.

ÁLVAREZ JUNCO, J. – «Mitos de la nación en guerra». In JULIÁ, S. (coord.) – *República y Guerra Civil*, vol. XL de *Historia de España Menéndez Pidal*, dirigida por José María Jover Zamora. Madrid: Espasa Calpe, 2004, pp. 637-682.

ANDRÉS-GALLEGO, J. e PAZOS, A. M. (eds.) – *Archivo Gomá. Documentos de la Guerra Civil*, 8 vols. Madrid: CSIC, 2001.

BALFOUR, S. – *Abrazo Mortal. De la Guerra Colonial a la Guerra Civil en España y Marruecos (1909-1939)*. Barcelona: Península, 2002.

BEEVOR, A. – *La Guerra Civil Española*. Barcelona: Crítica, 2005.

BENNASSAR, B. – *El Infierno Fuimos Nosotros. La Guerra Civil Española (1936-1942...)*. Madrid: Taurus, 2005.

BERDAH, J.-F. – *La Democracia Asesinada. La República Española y las Grandes Potencias, 1931-1939*. Barcelona: Crítica, 2002.

BLANCO RODRÍGUEZ, J. A. – «El registro historiográfico de la Guerra Civil, 1936-2004». In ARÓSTEGUI, J. e GODICHEAU, F. (eds.) – *Guerra Civil. Mito y Memoria*, pp. 373-406.

CENARRO, A. – «La institucionalización del universo penitenciario franquista». In MOLINERO, C., SALA, M., e SOBREQÜÉS, J. (eds.) – *Una Inmensa Prisión. Los Campos de Concentración y las Prisiones durante la Guerra Civil y el Franquismo*. Barcelona: Crítica, 2003, pp. 133-153.

CENARRO, A. – *La Sonrisa de Falange. Auxilio Social en la Guerra Civil y en la Posguerra*. Barcelona: Crítica, 2005.

COBO ROMERO, F., e ORTEGA LÓPEZ, T. M. – *Franquismo y Posguerra en Andalucía Oriental. Represión, Castigo a los Vencidos y Apoyos Sociales al Régimen Franquista 1936-1950*. Granada: Universidad de Granada, 2005.

CRUZ, R. – *En el Nombre del Pueblo. República, Rebelión y Guerra en la España de 1936*. Madrid: Siglo XXI, 2006.

EALHAM, C., e RICHARDS, M. (eds.) – *The Splintering of Spain. Cultural History and the Spanish Civil War, 1936-1939*. Cambridge University Press, 2005.

ESPINOSA, F. – «Julio de 1936. Golpe militar y plan de exterminio». In CASANOVA, J. (coord.) – *Morir, Matar, Sobrevivir. La Violencia en la Dictadura de Franco*. Barcelona: Crítica, 2002, pp. 53-119.

ESPINOSA, F. – «Historia, memoria, olvido. La represión franquista». In AA.VV. – *Memoria y Olvido sobre la Guerra Civil y la Represión Franquista*, Lucena, 2003.

ESPINOSA, F. – *La Columna de la Muerte. El Avance del Ejército Franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica, 2003.

FEIXA, C., e AGUSTÍ, C. – «Los discursos autobiográficos de la prisión política». In MOLINERO, C., SALA, M., e SOBREQÜÉS, J. (eds.) – *Una Inmensa Prisión. Los Campos de Concentración y las Prisiones durante la Guerra Civil y el Franquismo*, pp. 199-229.

FUENTES, J. F. – *Francisco Largo Caballero: el Lenin Español*. Madrid: Síntesis, 2005.

GODICHEAU, F. – *La Guerre d'Espagne. République et Révolution en Catalogne (1936-1939)*. Paris: Odile Jacob, 2004.

GRAHAM, H. – *The Spanish Republic at War 1936-1939*. Cambridge University Press, 2002 [no prelo a versão espa-

nhola].

HEIBERG, M. – *Emperadores del Mediterráneo. Franco, Mussolini y la Guerra Civil Española*. Barcelona: Crítica, 2003.

HEIBERG, M., e PELT, M. – *Los Negocios de la Guerra. Armas Nazis para la República Española*. Barcelona: Crítica, 2005.

HOWSON, G. – *Armas para España*. Barcelona: Península, 2000.

JULIÁ, S. – «Echar al olvido. Memoria y amnistia en la Transición». In *Claves de Razón Práctica*, 129, Janeiro-Fevereiro de 2003, pp. 14-24.

JULIÁ, S. – «¿Qué habría pasado si Indalecio Prieto hubiera aceptado la presidencia del gobierno en mayo de 1936?». In TOWNSON, Nigel (dir.) – *Historia Virtual de España (1870-2004)*. Madrid: Taurus, 2004.

JULIÁ, S. (coord.) – *República y Guerra Civil*, tomo XL de *Historia de España Menéndez Pidal*, dirigida por José María Jover Zamora. Madrid: Espasa-Calpe, 2004.

JULIÁ, S. (ed.) – *Víctimas de la Guerra Civil*. Madrid: Temas de Hoy, 2004 (2.ª ed.).

JULIÁ, S. – «El franquismo. Historia y memoria». In *Claves de Razón Práctica*, 159, Janeiro de 2006.

JULIÁ, S. (ed.) – *Memoria de la Guerra y el Franquismo*. Madrid: Editorial Pablo Iglesias [no prelo].

KOWALSKY, D. – *La Unión Soviética y la Guerra Civil Española. Una Revisión Crítica*. Barcelona: Crítica, 2003.

LOZANO, I. – *Federica Montseny: Una Anarquista en el Poder*. Madrid: Espasa-Calpe, 2004.

MARTÍN ACEÑA, P. – *El Oro de Moscú y el Oro de Berlín*. Madrid: Taurus, 2001.

- MARTÍN ACEÑA, P. – «La economía española en los años treinta». In JULIÁ, S. (coord.) – *República y Guerra Civil*, pp. 348-444.
- MARTÍNEZ REVERTE, J. – *La Batalla de Madrid*. Barcelona: Crítica, 2004.
- MIRALLES, R. – *Juan Negrín. La República en Guerra*. Madrid: Temas de Hoy, 2003.
- MORADIELLOS, E. – *El Reñidero de Europa. Las Dimensiones Internacionales de la Guerra Civil Española*. Barcelona: Península, 2001.
- MORADIELLOS, E. (ed.) – *La Guerra Civil*, dossier em *Ayer*, 50, 2003.
- MORADIELLOS, E. – *1936. Los Mitos de la Guerra Civil*. Barcelona: Península, 2004.
- NÚÑEZ SEIXAS, X.-M. – «Nations in arms against the invader: on nationalist discourses during the Spanish Civil War». In EALHAM y RICHARDS (eds.) – *ob. cit.*, pp. 45-67.
- OJEDA REVAH, M. – *México y la Guerra Civil Española*. Madrid, Turner, 2005.
- PAYNE, S. – *Unión Soviética, Comunismo y Revolución en España (1931-1939)*. Barcelona: Plaza y Janés, 2003.
- PAYNE, S. – *El Colapso de la República. Los Orígenes de la Guerra Civil (1933-1936)*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.
- PÉREZ LEDESMA, M. – «La Guerra Civil y la historiografía: no fue posible el acuerdo». In JULIÁ (ed.): *Memoria de la Guerra y el Franquismo*. Madrid: Editorial Pablo Iglesias (no prelo).
- RADOSH, R. R., HABECK, M., e SEVASTIANOV, G. (eds.) – *España Traicionada. Stalin y la Guerra Civil*. Barcelona: Planeta, 2002.
- REIG TAPIA, A. – *Memoria de la Guerra Civil. Los Mitos de la Tribu*. Madrid, Alianza, 2000.
- RISQUES, M. – «Archivos y fuentes documentales del mundo concentracionario y penitenciario español». In MOLINERO, C., SALA, M., e SOBREQÜÉS, J. (eds.) – *Una Inmensa Prisión. Los Campos de Concentración y las Prisiones durante la Guerra Civil y el Franquismo*, pp. 251-265.
- RODRIGO, J. – «Campos en tiempos de guerra. Historia del mundo concentracionario franquista». In MOLINERO, C., SALA, M., e SOBREQÜÉS, J. (eds.) – *Una Inmensa Prisión. Los Campos de Concentración y las Prisiones durante la Guerra Civil y el Franquismo*, pp. 19-36.
- RODRIGO, J. – *Cautivos. Campos de Concentración en la España Franquista, 1936-1947*. Barcelona: Crítica, 2005.
- SÁNCHEZ LEÓN, P. – «La objetividad como ortodoxia. Los historiadores y el conocimiento de la Guerra Civil española». In
- ARÓSTEGUI, J. e GODICHEAU, F. (eds.) – *Guerra Civil. Mito y Memoria*, pp. 95-135.
- SEIDMAN, M. – *A Ras de Suelo. Historia Social de la República durante la Guerra Civil*. Madrid: Alianza, 2003.
- SKOUTELSKY, R. – *Novedad en el Frente. Las Brigadas Internacionales en la Guerra Civil Española*. Madrid: Temas de Hoy, 2006.
- TAVERA, S. – *Federica Montseny: la indomable (1905-1994)*. Madrid: Temas de Hoy, 2005.
- VEGA, S. – «La vida en las prisiones de Franco». In MOLINERO, C., SALA, M., e SOBREQÜÉS, J. (eds.) – *Una Inmensa Prisión. Los Campos de Concentración y las Prisiones durante la Guerra Civil y el Franquismo*, pp. 177-198.
- VEGA, S. – *De la esperanza a la Persecución. La Represión Franquista en la Provincia de Segovia, 1936-1939*. Barcelona: Crítica, 2005.
- VIÑAS, A. – *Franco, Hitler y el Estallido de la Guerra Civil. Antecedentes y Consecuencias*. Madrid: Alianza, 2001.